

A Ásia, o Brasil e a Indonésia

Alguns comentários

Em julho de 1996, quando da constituição da Comunidade dos países de língua portuguesa, em Lisboa, um acadêmico brasileiro foi questionado sobre o inexpressivo apoio que o Brasil dedicava à questão do Timor Leste. A resposta, sincera e real, apontava que Timor Leste não era minimamente conhecido no Brasil e como tal não mobilizava a ação de nenhum grupo organizado e ou da imprensa. Somente a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Carlos Felipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta fez com que a sociedade brasileira despertasse para a realidade timorense, ou melhor, tomasse contato com a existência de Timor Leste, com o processo de anexação à Indonésia em 1975 e, principalmente, com a reivindicação de alteração de seu status atual.

Entretanto, esse desconhecimento generalizado não se refere unicamente ao Timor Leste. A própria Indonésia só passou a ser parcialmente percebida pela sociedade brasileira quando, nos anos 1980, começou a ser divulgado o processo de desenvolvimento acelerado no Sudeste Asiático.

Evidentemente que essa falta de conhecimento pode justificar os distanciamentos da sociedade brasileira, mas provavelmente não o da diplomacia. Nesse sentido, parte-se da percepção de que Timor Leste, ainda que não desconhecido, não estava presente na agenda diplomática brasileira, enquanto que a Indonésia, mesmo com um relacionamento residual, apresenta-se como um parceiro estrategicamente importante para o Brasil. Entretanto, para se ter uma visão mais clara do relacionamento Brasil-Indonésia, julgo ser necessário levar em consideração alguns aspectos básicos do relacionamento brasileiro com a Ásia.

O relacionamento brasileiro com a Ásia

Nas décadas de 1950 a 1970 não se pode pensar propriamente num relacionamento Brasil-Ásia. Apesar de presente em discursos, principalmente a partir da *política externa independente*¹, constata-se, na realidade, somente

1. A *Política Externa Independente*, implementada a partir do início dos anos 1960, corresponde à proposta de estabelecimento de uma política externa autônoma e voltada para a real promoção dos interesses brasileiros. Vai se caracterizar, por um lado, por uma tentativa de

uma interação, no plano multilateral, de construção de uma agenda política comum a países em desenvolvimento no processo de defesa de instauração de uma nova ordem econômica internacional.

Nesse período, o relacionamento brasileiro com a região asiática esteve basicamente restrito a suas relações com o Japão. Desde a década de 1960, as relações econômicas entre Brasil e Japão passaram por um incremento significativo, à medida que o Japão assumia o papel de segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil. No entanto, o estudo dessas relações aponta para o fato de que seu incremento se deveu, primordialmente, a iniciativas por parte do Japão. Na maior parte das vezes, o Brasil considerou a opção japonesa como residual, em segundo plano em relação aos países ocidentais. Nessa linha de raciocínio deduz-se que as exportações brasileiras para o Japão são, em sua maioria, determinadas claramente pelos investimentos japoneses no Brasil, os quais privilegiam a produção de insumos industriais vitais para a economia japonesa e a realocação das chamadas *sunset industries*, cujos elevados gastos em energia, mão-de-obra e impacto ambiental não permitiam que a produção no Japão mantivesse competitividade.

No entanto, com as crises dos anos 1980, independentemente das transformações do cenário internacional, o Brasil deixa de ser atrativo para os interesses japoneses. E, no início dos anos 90, no processo de redefinição das prioridades da política externa brasileira, parece não se ter conseguido ainda definir estratégias de estreitamento de vínculos com o Japão.

Focalizando a perspectiva brasileira, sirvo-me de recente obra do Professor Celso Lafer, com três *papers* produzidos em momentos e condições diferentes, mas que ilustram exemplarmente o papel que o Japão desempenha e pode ocupar em nossa política externa.

Lafer desenvolve a idéia de *parcerias operacionais* para a política externa brasileira, entendendo-as como decorrentes da busca de inserção competitiva no mundo e devendo ser complementares para o aproveitamento das potencialidades de nosso relacionamento internacional. No entanto, no que se refere à Ásia, a perspectiva é basicamente traçada em relação ao Japão, sendo que no entanto a implementação de uma parceria operacional apresenta-se vaga ou muito mais pertinente no sentido da experiência japonesa poder se transformar num modelo para o processo brasileiro. Fica-se com a sensação de que esse aparente distanciamento é decorrente de não se ter, até então, definido um relacionamento objetivo e claro com o Japão. Isto é, o relacionamento é muito mais reativo a fatores conjunturais ou a iniciativas japonesas do que propriamente derivado de um ativismo.

No terceiro *paper* fica patente o relativo distanciamento da política externa brasileira do Japão, ou a dificuldade de priorização dessas relações,

universalização, ou seja, multiplicação de parcerias econômicas e políticas e, de outro, por uma maior aproximação com os países em desenvolvimento, visando uma ação coordenada e conjunta na defesa de interesses comuns.

tendo em vista outros compromissos no contexto regional ou mesmo no ocidental.

« Foi tendo no horizonte estas diretrizes conceituais, [...] que no plano da ação diplomática empenhei-me em recompor parcerias operacionais, coerentes entre si, e que atendessem à nossa condição de pequenos mas "global traders" [...]. Daí, no novo contexto Latino-Americano, o calendário de Las Leñas no âmbito do Mercosul, e o acordo do gás com a Bolívia ; cuidados especiais com os EUA ; uma atenção redobrada em relação à Europa Comunitária, da qual derivou o acordo de 3ª geração com a CEE ; e o início, que não tive tempo de aprofundar, de um novo esforço em relação ao Japão »².

Tem-se a impressão de que há um grande interesse na ampliação dos laços e/ou parcerias comerciais com a Ásia ³, mas ainda não se delinearam as formas de se atingir esse objetivo.

Nesse sentido, Abdenur, por exemplo, pondera que « os fluxos comerciais significativos que já temos com o Japão, a RPC, Taiwan ou Coréia do Sul, entre outros, resultam, antes, de uma política de compras daqueles países do que de um esforço articulado de exportação por parte do Brasil »⁴.

Numa recente análise sobre o relacionamento nipo-brasileiro, Yokota pondera não só sobre o caráter reativo brasileiro como também sobre o distanciamento tanto dos empresários quanto do governo :

« Neste relacionamento bilateral é notável a lacuna deixada pelos empresários e autoridades brasileiras no Japão, pois a presença significativa naquele país só ocorre agora com os chamados *dekasseguis*⁵. Poucas foram as tentativas de estabelecimento de bases empresariais naquela economia, tanto para a conquista de seu gigantesco mercado, como para atração dos investimentos e tecnologias para utilização no Brasil. Assim, há os que ficam com a impressão de que o relacionamento só prosperou enquanto os japoneses, unilateralmente, se interessavam pelo Brasil »⁶.

Horizaka⁷ caracteriza as relações do Japão com a América latina da seguinte forma :

- primeiro, compreendeu somente relações econômico-comerciais. Embora a importância do diálogo político, da negociação diplomática e da relação cultural não possam ser ignoradas, as relações japonesas com a América latina foram em sua maioria econômicas e orientadas para negócios.

- em segundo, as relações entre Japão e América latina foram altamente unilaterais. O Japão desempenhou um papel ativo no comércio, investi-

2. C. LAFER, « A autoridade do Itamaraty » in C. LAFER, *Política externa brasileira: três momentos*, São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993, Série Papers 4, 1993 : 47.

3. « O aumento dos fluxos de comércio com a Ásia deve ser uma das prioridades da política de comércio exterior do Brasil » R. ABDENUR, « O Brasil e a Ásia », *Política externa*, São Paulo, 2 (3) : 64, Dezembro/Janeiro/Fevereiro 1994.

4. R. ABDENUR, « O Brasil e a Ásia », *Política externa*, São Paulo, 2 (3) : 66, Dezembro/Janeiro/Fevereiro 1994.

5. Termo cunhado para designar os trabalhadores brasileiros, descendentes de japoneses, que estão migrando para trabalhar no Japão.

6. P. YOKOTA, org., *Relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Topbooks Editora, Rio de Janeiro, 1997 : 227.

7. K. HORIZAKA, « Political options for Japan : confronting U.S. regional strategy » in S. NISHIJIMA, & P.H. SMITH, *Cooperation or Rivalry ? Regional integration in the Americas and the Pacific Rim*. Westview Press, Boulder, Colorado, 1996 : 194-195.

mento e no setor bancário privado, enquanto que os países da América latina comportaram-se passivamente em relação ao Japão. Como consequência dessa assimetria, as relações tenderam a se estagnar quando o Japão perdeu seu interesse na área. Nesse sentido, essas relações foram seriamente afetadas pela crise econômica latino-americana dos anos 1980.

Enquanto que Fiori, analisando as similaridades entre Índia e Brasil, chega praticamente à mesma conclusão:

« Mas a segunda coisa que chama desde logo a atenção do analista é que apesar destas similitudes, Brasil e Índia mantiveram até hoje um reduzido relacionamento econômico e diplomático, mesmo ainda quando tenham defendido, em várias oportunidades, posições e iniciativas comuns nos fóruns internacionais »⁸.

Não se pode, de outro lado, deixar de raciocinar sobre o desconhecimento que se tem da América latina em geral e mesmo a exígua importância que a região detém na política externa asiática.

« Duas outras regiões, Sul da Ásia e América latina iniciaram a liberalização de seus mercados altamente regulados e registraram respeitáveis índices de crescimento em suas transações econômicas com o Leste Asiático. Embora o Sul da Ásia e a América latina sejam *terra incognita* para muitos empresários japoneses, a tendência é de consolidação de relações econômicas com essas duas regiões, na esperança de que a vasta disparidade de renda seja compensada pela expansão do mercado a longo prazo »⁹.

Dessa forma, deduz-se a existência de um relativo interesse de um para outro parceiro, sem porém chegar a se constituir numa prioridade relevante.

Do lado brasileiro, não há dúvidas de que está presente o interesse no estreitamento de relações, considerando-se a grande demanda por investimentos e por acesso a tecnologias de ponta, bem como por um mercado com alta capacidade de consumo. No entanto, não se conseguiu ainda suplantar a esfera regional que, embora importante, não responde às necessidades impostas pela magnitude das transformações que se processam. Em recente encontro da Sociedade Brasileira de Estudos sobre o Japão e Pacífico, encarou-se com certo receio o fato do Brasil estar priorizando o relacionamento com o Mercosul (sem se negar sua importância regional), em detrimento da ampliação dos contatos com a Ásia-Pacífico¹⁰.

Independentemente de qualquer consideração política, o Brasil levanta interesses na Ásia por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos. Nesse sentido, à medida em que a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido e/ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil.

« Muito recentemente, grupos de empresários da Coreia do Sul, visitaram o Brasil, alguns deles interessados em parceria para produção de grãos no país.

8. J.L. FIORI, « O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos », *Revista brasileira de comércio exterior*, 47 : 37, Abril, Maio e Junho de 1996.

9. T. INOBUCHI, « Japan's foreign policy in East Asia », *Current History*, 91 (569) : 411, December 1992.

10. H.A. OLIVEIRA, « Pesquisadores receiam que país se isole dos centros de poder econômico », *Carta internacional*, I (9) : 4, Novembro de 1993.

O Governo da China manifestou desejos de adquirir 500 mil hectares de terras para produção de cereais de seu interesse no Brasil. Empresas da Malásia vêm adquirindo grandes áreas na Amazônia para exploração florestal. Importadores de soja e cereais do Japão visitaram o Brasil e solicitaram ao Ministro da Agricultura empenho do governo brasileiro no sentido de melhorar as condições de infra-estrutura para diminuir o custo de transporte de soja até o porto, bem como fiscalizar melhor as condições de embarque de cereais nos terminais portuários, principalmente de Santos e Paranaguá. Registram-se visitas de empresários japoneses à procura de alternativas de embarque da soja brasileira através do Rio Paraguai e terminais portuários de Buenos Aires e Nova Palmira no Uruguai »¹¹.

Com base nas ponderações de dois recentes encontros internacionais¹² voltados para a análise das perspectivas de relacionamento entre a América latina e a Ásia, podemos extrair como pontos comuns as observações de que :

- A América latina demonstra muito interesse, tanto econômico quanto político, em ampliar suas relações com a Ásia, abrangendo tanto os países mais desenvolvidos (Japão e os assim chamados Tigres Asiáticos - Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan), quanto os novos Estados emergentes, como a República Popular da China e os do Sudeste Asiático, principalmente Malásia, Indonésia, Tailândia. Essa observação, ainda que aparente ser relativamente óbvia, reveste-se de uma grande importância por indicar uma diversificação dos parceiros comerciais. Isto é, o Japão não se constitui mais no único mercado para os produtos latino-americanos.
- A ampliação desse relacionamento é, no entanto, dificultada por um mútuo desconhecimento. Isto é, embora a América latina tenha noção dos produtos que deseja adquirir na região, desconhece seus sistemas culturais em geral, englobando aí as práticas econômicas, financeiras e comerciais. De outro lado, essa região asiática também desconhece a cultura organizacional latino-americana, levando a desencontros. Essas barreiras, entretanto, não são insuperáveis. Barreiras linguísticas podem ser reduzidas pelo uso do inglês ; diferenças na cultura e estrutura políticas podem ser atenuadas pelo intercâmbio de delegações parlamentares, empresariais e intelectuais ; a ineficiência e rigidez na infra-estrutura social da América latina pode ser superada pela privatização e embora a distância física entre as regiões seja realmente muito grande pode ser aproximada por meios de transporte modernos enquanto que a necessidade de viagens é atenuada pelos avanços na informática e na tecnologia de telecomunicações.
- O comércio entre as regiões caracteriza-se essencialmente pela compra de produtos industrializados na Ásia e pelo fornecimento de produtos básicos e minerais pela América latina.

11. I. YAMANAKA, « As relações nipo-brasileiras na área agrícola », in P. YOKOTA, org., *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 1997 : 160.

12. Esses encontros foram : 1º. *International Conference on Regional Integration in the Americas and the Pacific Rim* organizado pelo Center for Iberian and Latin American Studies, University of California, San Diego, em San Diego, de 27 de fevereiro a 01 de março de 1997 e 2º. *Reunión de América latina y el Caribe de Centros de estudios sobre Asia-Pacífico*, organizado pelo Sistema económico latinoamericano (SELA), em Caracas, de 17 a 18 de julho de 1997.

- Mesmo assim, o presente relacionamento econômico-comercial apresenta uma clara tendência de crescimento, principalmente pela diversificação dos parceiros comerciais.
- De outro lado, no entanto, esse relacionamento é muito mais importante para a América latina do que para a Ásia. Nesse sentido, a América latina arca com um ônus maior na tarefa de incorporar a Ásia nesse movimento.
- Em termos de perspectivas de integração regional, constata-se diferenças significativas entre a *Asia Pacific Economic Conference* (APEC) e a proposta Área de livre comércio das Américas (ALCA): a APEC congrega diversas economias industrializadas com objetivos consistentes com as diretrizes da Organização mundial de comércio (OMC), enquanto que há somente duas economias desenvolvidas (Estados-Unidos e Canadá) na ALCA e, de outro lado, a APEC responde largamente a forças de mercado enquanto que a ALCA a iniciativas governamentais.
- Por fim, concorda-se igualmente que os Estados-Unidos são um parceiro fundamental para ambas as regiões e conseqüentemente as políticas econômicas das duas regiões mostram-se condicionadas às suas relações com os Estados-Unidos.

Até o final da década passada, observava-se que as perspectivas de investimento externo direto proveniente da Ásia encontravam-se relativamente tolhidas devido à persistência de desconfianças decorrentes da crise da dívida dos anos 1980. No entanto, a partir dos anos 1990 os projetos de investimentos dos conglomerados asiáticos adquiriram um novo status. Abandonou-se a visão anterior de direcioná-los à produção e extração de matérias primas e recursos naturais, estando agora mais voltados aos mercados latino-americanos. Essa reorientação, segundo Hernán Gutiérrez¹³, demonstra que a América latina pode-se tornar uma importante base para os projetos de globalização das empresas asiáticas. Considera-se que, além do mercado regional, essa internacionalização das operações produtivas asiáticas faria parte da estratégia de garantir acesso ao mercado norte-americano. Mas, mesmo assim, deduz-se que embora se oriente para ser um estágio para exportação para outras regiões, o principal objetivo seria o próprio mercado latino-americano.

Kotaro Horizaka¹⁴ observa bem objetivamente que a base do interesse japonês pela América latina concentrava-se nas seguintes motivações :

- a) um mercado doméstico potencialmente grande com relativa alta renda per capita, especialmente em comparação com as outras regiões do Terceiro Mundo ;
- b) riqueza em recursos naturais e produção de alimentos e,

13. B. Hernán GUTIÉRREZ, *Asian Conglomerates and Regionalism in the Southern Cone of Latin America*. Project on Latin America and the Pacific Rim at the University of California, San Diego, Março 1997, in <<http://orpheus.uscd.edu/las/prphg.htm>>.

14. K. HORIZAKA, « Political Options for Japan : Confronting U.S. Regional Strategy » in S. NISHIJIMA & P.H. SMITH, *Cooperation or Rivalry ? Regional Integration in the Americas and the Pacific Rim*, Colorado, Westview Press, Boulder, 1996.

c) mão de obra abundante com possibilidades de exportação para a América do Norte, Europa, África, Oriente e países vizinhos da América latina.

Pondera igualmente que, ainda que recentemente as atitudes empresariais para a área estejam mais cautelosas, todas essas três motivações ainda se mantêm, inclusive reforçadas, de um lado, pela atual retomada econômica dos países latino-americanos e, de outro, pela rápida expansão da economia da Ásia-Pacífico que apresenta como consequência uma crescente demanda por recursos naturais e alimentos. Além disso, a valorização do *yen* em relação ao dólar pressiona ainda mais pela transferência de bases de produção para o exterior com vistas à manutenção da competitividade das corporações japonesas.

Horizaka considera que os atuais processos latino-americanos de abertura de mercados redundaram na ampliação de seus déficits com os Estados-Unidos. Nesse sentido, em termos de política econômica, a ampliação das relações comerciais com o Japão e os outros países da Ásia poder-se-ia transformar num trunfo nas negociações com os Estados-Unidos.

Aventa-se, assim, a hipótese de que se está retomando o interesse asiático pelo continente latino-americano e abrindo possibilidades para o estabelecimento de uma nova conexão asiática a partir de investimentos voltados para uma integração produtiva em setores manufatureiros e com transferência de tecnologia e capacitação de recursos humanos.

Nesse sentido, o renovado interesse japonês e asiático (ainda que tímido) pelo Mercosul, parece decorrer da percepção de que seu projeto, seja pela abertura de suas economias, seja pelos processos de privatização, está sendo orientado para o mercado. Ou melhor, de que os atuais investimentos direcionam-se precipuamente para o mercado exportador. Sendo assim, o Mercosul apresenta-se como potencial parceiro interessante ao gerar expectativas de estabelecimento de *networking* empresarial com o restante do continente americano.

No nível oficial diplomático,

« o Brasil sempre teve, com os países asiáticos em desenvolvimento, inclusive a China, grande identidade de posições, visões semelhantes da cena internacional e dos entraves para maior atuação em processos decisórios de alcance mundial, bem como aspirações compartilhadas ao desenvolvimento sustentável. Isso ocorreu desde os tempos de intensa articulação do Grupo dos 77 em torno de questões conceituais do ordenamento econômico e político internacional até hoje, passando pelas negociações da Rodada do Uruguai em torno de temas concretos do sistema de comércio mundial »¹⁵.

No que se refere à China e considerando-se ainda o potencial de aprofundamento das relações a longo prazo, a expressão *parceria estratégica*, cunhada pelo Primeiro ministro Chinês, Zhu Rongji, tem sido amplamente utilizada

15. V. Barrouin MACHADO, « A aproximação Brasil-Ásia já está criada », *Carta Internacional*, V (53) : 3, Julho 1997.

pelos dois países. Ainda não definiu exatamente nem o significado da expressão nem os mecanismos para o desenvolvimento da parceria. Apenas pode-se especular positivamente sobre o futuro das relações, as quais ainda que pouco desenvolvidas, já progrediram significativamente desde 1974.

Li Ruihuan ao visitar o Brasil assim procurava definir a idéia de uma *parceria estratégica* :

« A América latina representa uma das regiões mais dinâmicas do planeta no que se refere ao desenvolvimento econômico. No plano político, a região, em particular o Brasil, ocupa importante localização estratégica no mundo. O Brasil é o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano e a China é o maior país em desenvolvimento no mundo. Entre os dois países existem muitos pontos de identidade: estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações. Portanto, a cooperação carrega um significado muito relevante para os dois países, já que entre nós não existem choques de interesses fundamentais. O que existe, sim, são dois países que se complementam. Portanto, vejo horizontes muito promissores para as relações entre os nossos países, especialmente no campo econômico »¹⁶.

No plano político, um ponto central da agenda internacional dos dois países refere-se às suas pretensões em relação à OMC e à ONU. A RPC utiliza-se de seu assento permanente no Conselho de Segurança para se aproximar dos países em desenvolvimento e nesse sentido acena com a possibilidade de apoiar o interesse brasileiro em aceder ao Conselho de Segurança. De outro lado, o Brasil, em seu posicionamento por regras mais justas no comércio internacional e defendendo o sistema multilateral de comércio apoia a entrada da China na OMC. No entanto, atualmente o Brasil está condicionando seu apoio a melhores condições de acesso ao mercado chinês, principalmente no complexo soja, café solúvel e suco de laranja.

« O Brasil considera insuficientes as ofertas feitas até agora pela China para facilitar o acesso de produtos agrícolas brasileiros no grande mercado chinês, como parte de concessões que Pequim deve oferecer para sua futura entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). Depois de quatro rodadas de negociações bilaterais em Genebra, a China manteve a oferta de uma cota tarifária para o complexo de soja e foi reduzindo *substancialmente* as tarifas para café solúvel e suco de laranja, os três produtos que o Brasil privilegia para ter maior acesso ao mercado chinês »¹⁷.

A parceria estratégica ganha um contorno mais definido na área de cooperação técnica e científico-tecnológica. Nessa área encontra-se a maior realização das relações entre os dois países: o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto (CBERS). Em 1995 o projeto foi ampliado, planejando-se produzir mais dois satélites, além dos dois inicialmente previstos. Os satélites permitirão aos dois países uma independência na área de imagens por satélites, possibilitando-os inclusive a passar de usuários a exportadores desse tipo de serviço. No plano genérico, costuma-se citar que o Brasil considera a Ásia como um parceiro prioritário. Cita-se o continente asiático pois não parece claro, dentre Japão e China,

16. « Dirigente chinês quer aproximação com Brasil », *Folha de São Paulo*, 17 juin 95.

17. « China negocia abertura de mercado », *Gazeta Mercantil*.

qual representaria o parceiro prioritário na região – se é que o conceito de parceiro prioritário seja aplicável. A dubiedade advém do Japão normalmente ser citado como um parceiro prioritário, porém sem que se explicitem os fundamentos concretos dessa observação. Os comentários são mais volumosos em relação à China, inclusive de que esta seria uma parceria estratégica. Considerando-se que a China detém maior autonomia política em termos regionais, enquanto o Japão ainda mostra relativa dependência política dos Estados-Unidos, pode-se aventar a hipótese de que a política externa brasileira prioriza o Japão nos temas econômicos, enquanto que a China é privilegiada nas questões políticas. Ainda que os interesses brasileiros e relação à Ásia-Pacífico possam ser claramente perceptíveis, detecta-se um contínuo impasse. Esse impasse decorre de uma grande dificuldade em se definir os mecanismos para a ampliação do relacionamento. Embora alguns termos tenham sido cunhados (*parceiras operacionais* e, atualmente, com mais ênfase, a noção de *parceira estratégica*) e sejam utilizados com relativa frequência, o governo aparenta ainda não ter resolvido com instrumentalizar e/ou estimular essas parcerias. Em outros termos: deve, e irá, o governo brasileiro se responsabilizar pela atuação empresarial na região, ou esse custo deve ser deixado para os setores envolvidos?

A dificuldade decorre, de um lado, da impossibilidade governamental de alocar recursos para este tipo de empreendimento devido a problemas internos. De outro lado, há um desconhecimento, ou distanciamento, das realidades dos diferentes países asiáticos. Em termos políticos, a indefinição pode ser ainda creditada ao papel exercido pelos Estados-Unidos na região e ao seu atual relacionamento com o Japão e a China. Pode-se pensar que esteja sendo utilizado o *modelo da inércia*, enquanto não existir necessidade de se tomar um posicionamento mais claro e objetivo. Talvez se possa raciocinar que, quanto ao Japão, o relacionamento brasileiro seja desprovido de um ativismo, reagindo a fatores conjunturais ou a iniciativas japonesas. Em relação à China, apesar das declarações em contrário, persiste a perspectiva de que a globalização não beneficia igualmente a todos e que, a médio prazo, terá que se retomar as questões estruturais Norte/Sul, sendo a China um parceiro fundamental (*senão estratégico*) nesse empreendimento.

Já no que se refere ao Sudeste Asiático, as iniciativas apresentam-se residuais, tendendo a ser relativamente privilegiadas dentro de uma estratégia de aprofundamento do processo de integração regional, numa relação mais estreita entre o Mercosul e a ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*).

O Relacionamento Brasil-Indonésia

Sukarno, em 1959, foi o primeiro presidente asiático a visitar o Brasil. E, em maio de 1961, foi assinado um acordo bilateral econômico. Excluindo esses dois eventos, pode afirmar sobre a inexistência, até a década de 1980, de um relacionamento concreto entre os dois países.

Na realidade, a Indonésia passa a compor o imaginário político no que se refere ao estreitamento de vínculos com o mundo afro-asiático, dentro dos pressupostos da *política externa independente*. A intensificação das relações com o mundo afro-asiático seria conseqüência da necessidade de autodeterminação não só nacional mas também do contexto afro-asiático com vistas à superação mútua do subdesenvolvimento. « As nações afro-asiáticas e as latino-americanas se encontram em estágios diferentes de crescimento econômico. Não obstante, acham-se todas inseridas numa mesma reivindicação histórica, que é distinta das nações metropolitanas, situadas no centro da experiência histórica capitalista »¹⁸.

Nesse sentido, as perspectivas de inter-relacionamento mantêm-se inseridas dentro do contexto do *espírito de Bandung*, sem que se chegue a uma definição objetiva. Vale a pena lembrar que, dentro dessas perspectivas, o projeto brasileiro de relacionamento com o mundo afro-asiático vai se direcionar acentuadamente para a África, culminando com o desenvolvimento de uma política africana, sendo que o papel privilegiado reservado ao continente africano correspondia a uma vertente da estratégia de inserção do país no sistema mundial, com características tanto políticas quanto econômico-comerciais. Além da ênfase no relacionamento com o continente africano, as relações com a Ásia vão manter-se basicamente restritas ao Japão e posteriormente também à China. Somente na presente década e com a implantação do Mercosul é que se percebe uma tentativa de estabelecimento de relações mais estreitas e mesmo assim entendidas como relacionamento entre dois organismos de integração regional.

Em abril de 1997, o Secretário-Geral da ASEAN, Dato Ajit Singh, em visita ao Brasil, discutiu alternativas para uma maior aproximação entre Mercosul e a ASEAN. Chegou-se à conclusão da pertinência de, em primeiro, desenvolver mecanismos de se tornar mais concreta a prioridade política e igualmente de superar as falhas de conhecimento recíproco. Com base na percepção deste distanciamento, concordou-se também que, no atual momento, não é objetivo o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as duas regiões.

Dato Ajit Singh propôs então os seguintes mecanismos para iniciar o relacionamento :

- criação de um Conselho empresarial ASEAN-Mercosul
- criação de um Conselho de Relações internacionais, com a participação de institutos de pesquisa de ambas as regiões, e
- trabalho de compilação de informações, que tanto a ASEAN quanto o Mercosul já realizam para seus encontros com o CER¹⁹, englobando temas como procedimentos alfandegários e outros facilitadores de comércio, intercâmbio de dados sobre ISO 14000 e dados sobre práticas comerciais restritivas dos países desenvolvidos.

18. C.A. Mendes ALMEIDA, « Política externa e nação em processo », *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, I (1) : 58, Setemb. 1962.

19. *Closer Economic Relations*, organismo de integração econômica englobando a Austrália e a Nova Zelândia.

Estes mesmos pontos de vista são retomados pelo atual Secretário-Geral da ASEAN, Rodolfo Valentino ao apontar que

« para reduzir o fosso de conhecimento, podemos encorajar o desenvolvimento de estudos conjuntos por instituições acadêmicas e de pesquisa das duas regiões". E, "podemos também trocar informações sobre barreiras comerciais comuns que encontramos ao exportar para os mercados dos Estados-Unidos, União Européia e Japão. Nós, na ASEAN, estamos frequentemente recebendo pressões dos países desenvolvidos para abertura de nossos mercados. Estou seguro de que o Mercosul tem a mesma experiência. Mas, na maior parte das vezes, são os nossos produtos que encontram todas as formas de barreiras nos mercados dos países desenvolvidos. Estando bem informados sobre as modalidades de obstáculos que nossos produtos encontram nos países desenvolvidos, estaremos capacitados a gerenciar mais efetivamente com estas barreiras comerciais »²⁰.

Dentro dessa perspectiva de estabelecimento de contatos, o Brasil, através da Secretaria de Assuntos estratégicos da Presidência da República enviou, em maio de 1998, uma missão acadêmica ao Sudeste Asiático, com o objetivo básico de iniciar uma aproximação entre Institutos de pesquisa brasileiros e os Institutos de estudos estratégicos da ASEAN. Contatos foram realizados em Cingapura, Tailândia e Malásia. Por causa dos problemas políticos que culminaram com a renúncia de Suharto, a missão acadêmica não conseguiu visitar a Indonésia.

Da mesma forma que na relação ASEAN-Mercosul se detecta ênfase inicial nos aspectos políticos, o atual relacionamento brasileiro com a Indonésia continua privilegiando a possibilidade de se ter a Indonésia como um parceiro político no presente reordenamento internacional, dado o seu peso relativo no Sudeste Asiático.

Quando da visita do Chanceler Ali Alatas ao Brasil, em setembro de 1996, foi assinado um *Memorando de entendimento sobre consultas políticas*, sendo que a primeira reunião ocorreu em março de 1997, em Jacarta, por ocasião da visita do Subsecretário-Geral de Assuntos políticos.

Em ambos os encontros, destaca-se igualmente o interesse mútuo de estabelecimento de contatos nas áreas científico-tecnológicas, principalmente em questões agrícolas e de recursos florestais. Estão em discussão o *Memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de monitoramento, manejo e uso sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade* e o *Memorando de entendimento sobre cooperação agrícola*.

No que se refere ao Timor Leste, tem-se que ressaltar que o envolvimento brasileiro na questão é recente e relativamente correspondente ao momento da concessão do Prêmio Nobel da Paz. No primeiro momento, a reação governamental foi a de se declarar propenso a exercer um papel de *embaixador discreto* na busca de uma solução pacífica para o conflito.

De acordo com o desenrolar do impasse indonésio-timorense, o Governo brasileiro passou a apoiar o foro tripartite de diálogo entre os Chanceleres

20. R.C. VALENTINO, « Forging ASEAN-Mercosur Ties », *Carta Internacional*, VI (60): 10 Fev. 1998.

de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, para o equacionamento político do *status* do território do Timor Leste. Mantém-se, no entanto, discreto ao não procurar se sobrepor ao diálogo mantido na ONU, não se oferecendo como mediador e mesmo não procurando tomar a frente de Portugal no que se refere ao encaminhamento diplomático da questão.

Apesar desse papel modesto, o Subsecretário-Geral de Assuntos políticos do Ministério das Relações exteriores do Brasil, quando de sua visita oficial à Indonésia, em março de 1997, incluiu uma passagem por Dili, mantendo contatos com o Bispo Ximenes Belo sobre a questão timorense.

As relações comerciais com a Indonésia apresentam-se abaixo do potencial de ambos os países. Ainda que seja o terceiro maior parceiro comercial do Brasil no Sudeste Asiático, o fluxo comercial mantém-se em níveis inferiores a 1% do intercâmbio comercial brasileiro.

Ao contrário da tendência genérica, no relacionamento com a Ásia, de déficits constantes a partir de 1994, o Brasil continua mantendo superávits no intercâmbio com a Indonésia. De outro lado, e diferentemente das relações comerciais com o Japão, China e Coréia do Sul, as exportações brasileiras para a Indonésia concentram-se mais em produtos manufaturados.

Tab. I. — INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-INDONÉSIA
(milhares US dollars Fob, e % do total)

Ano	Exportação para Indonésia			Importação			Saldo US\$
	US\$	% do Total Brasileiros	% Total para a Ásia	US\$	% Total Brasileiro	% Total para a Ásia	
1990	171.038	0.5	3.2	8.242	*	0.1	162.796
1991	198.806	0.6	3.5	16.242	0.1	0.8	182.564
1992	137.000	0.4	2.4	10.000	*	0.5	127.000
1993	257.000	0.7	4.2	26.000	0.1	0.8	231.000
1994	218.771	0.5	3.1	127.879	0.4	2.7	90.892
1995	365.919	0.8	4.5	218.129	0.4	2.6	147.790
1996	290.753	0.6	3.7	234.845	0.4	3.1	55.908
1997	347.776	0.7	4.5	254.030	0.4	2.8	93.746

Fonte : CACEX, SECEX.

Tab. II – COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL (%)

	1994	1995	1996	1997
<i>Exportação</i>				
Resíduos das Indústrias alimentares ; alimentos p/ animais	8.44	18.49	25.51	25.54
Pastas de madeira ; aparas de papel	13.73	9.55	10.99	25.31
Caldeiras, maq. ; aparelhos e instrumentos mecânicos	14.28	9.58	8.40	9.30
Minérios, escórias e cinzas	14.16	10.63	14.86	9.00
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	2.87	3.39	2.98	7.79
	46.52	48.37	37.26	23.05
Demais Produtos				
<i>Importação</i>				
Borracha e suas obras	28.77	26.80	23.37	18.80
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.64	7.41	13.33	14.57
Calçados, polainas e artef. Semelhantes	9.28	13.94	15.54	13.00
Gorduras, óleos e ceras ; animais ou vegetais	9.08	14.12	8.79	10.05
Fibras sintéticas, artificiais, descontínuas	2.28	5.47	1.80	7.17
Demais Produtos	46.08	32.26	42.47	36.41

Fonte : CACEX, SECEX.

Apontamentos Finais

Em seu atual projeto de inserção internacional, o Brasil delega à região asiática um espaço especial. No entanto, em decorrência de contradições internas e de conjunturas externas não conseguiu ainda delinear as formas de se atingir esse objetivo. O Japão continua mantendo um locus importante no relacionamento econômico-comercial, enquanto que em termos políticos destaca-se o relacionamento com a China.

O Sudeste Asiático, por seu desenvolvimento econômico acelerado e pelo fato de estar integrado através da ASEAN passou a ser visualizado como um possível parceiro político e econômico principalmente depois do estabelecimento do Mercosul. De qualquer forma e independentemente das respectivas crises financeiras, desenha-se a perspectiva de uma aproximação inicial mais de cunho político, para posterior crescimento do intercâmbio comercial.

Nesse sentido, as relações com a Indonésia apresentam-se relativamente modestas e inseridas dentro do contexto da aproximação entre os organismos de integração regional. Provavelmente dentro espectro é que se pode também enquadrar a questão timorense. Isto é, toma-se todo o cuidado de ao apoiar a solução negociada, não estar interferindo nos assuntos internos da Indonésia.

São Paulo, 5 de abril de 1999

Henrique Altemani de OLIVEIRA

Núcleo de Pesquisa em Relações internacionais da Universidade
de São Paulo
e Centro de Estudos sobre o Pacífico
Departamento de Política da Pontifícia Universidade católica
de São Paulo